

DESIIS no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.805 - SP (2019/0272601-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
REQUERENTE : ERIC BALBINO DE ABREU
ADVOGADOS : LUIZ FELIPE DA ROCHA AZEVEDO PANELLI - SP305351
RUBENS ALBERTO GATTI NUNES - SP306540
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ERIC BALBINO DE ABREU contra acórdão proferido pela 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2106484-44.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 138, combinado com o artigo 141, inciso II, ambos do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo ou a sua anulação desde a fase de citação, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que o acusado não teria imputado à vítima a prática do crime de prevaricação.

Alega que o réu teria feito uma afirmação genérica sobre suposta desídia do governo diante de uma situação grave, qual seja, o desabamento de um prédio.

Aduz que no âmbito do debate político, no qual o recorrente e o ofendido estão inseridos, não configuraria calúnia a mera crítica a figuras públicas, feitas sem maiores adjetivações.

Argumenta que embora o acusado tenha criticado de forma contundente a atuação da vítima, em momento algum afirmou que teria feito algo pra privilegiar quem quer que fosse, o que seria indispensável para a configuração do delito em apreço.

Sublinha que da frase citada na denúncia não seria possível extrair o dolo de ofender a honra da vítima.

Pontua que o ofendido era um agente público investido em cargo de grande visibilidade, tendo o réu agido no exercício do direito à liberdade de expressão.

Assevera que o magistrado singular designou audiência para o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo antes da apresentação da resposta à acusação, invertendo tumultuariamente os atos processuais.

Requer o provimento da insurgência para que a ação penal em tela seja trancada, ou, subsidiariamente, para que seja anulada desde o oferecimento da denúncia.

Contra-arrazoad o reclamo (e-STJ fls. 150/152), o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 162/170, manifestou-se pelo seu desprovimento.

Sobreveio petição na qual a defesa requer a desistência deste inconformismo, ante a prolação da decisão que absolveu sumariamente o acusado.

É o relatório.

Conforme requerido, e nos moldes do artigo 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal, **homologa-se** o pedido de desistência formulado.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator